

## Repercussões Psicossociais da Violência Política: A Experiência de Lideranças Comunitárias do MST

Edvaldo Ribeiro Brandão<sup>1</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Minas Gerais,  
Belo Horizonte, MG, Brasil.*

Saulo Luders Fernandes<sup>2</sup>

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Alagoas,  
Maceió, AL, Brasil.*

**Resumo:** Este artigo busca mapear os impactos psicossociais da violência política em militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), valendo-se, para isso, da experiência de três lideranças comunitárias de assentamentos situados no estado de Alagoas. A elaboração teórica da pesquisa apresenta como principal base as proposições de Ignacio Martín-Baró acerca da saúde mental em situações-limite, relacionando-as com a realidade campesina presente no contexto do MST em meio ao avanço do conservadorismo no Brasil. Para a realização da investigação, foram utilizadas entrevistas individuais semiestruturadas e encontros de grupo com os participantes; para o trabalho com os dados, foi utilizada a Análise Temática (AT). Dessa forma, foi possível traçar uma leitura sobre como a violência política afeta a saúde das lideranças e seu cotidiano, apontando possíveis caminhos à Psicologia e sua atuação frente às questões sociopolíticas que perpassam o processo de luta pela terra na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Saúde Mental; Psicologia; Violência Política; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

---

## Psychosocial Repercussions of Political Violence: The Experience of MST Community Leaders

**Abstract:** This study seeks to map the psychosocial impacts of political violence on activists of the Brazilian Landless Workers' Movement using the experience of three community leaders from settlements in the state of Alagoas. The theoretical elaboration of this research has as its main basis the propositions of Ignacio Martín-Baró about mental health in extreme situations, relating them to the peasant reality in the Brazilian Landless Workers' Movement amid the advance of conservatism in Brazil. For this investigation, semi-structured individual interviews and group meetings were used with participants. The data were analyzed by Thematic Analysis, which enabled this study to outline how political violence affects the health of leaders and their daily lives, pointing out possible paths for psychology and its action in the face of sociopolitical issues that permeate the process of fighting for land in contemporary times.

**Keywords:** Mental Health; Psychology; Political Violence; The Landless Workers' Movement.

---

## Repercusiones Psicosociales de la Violencia Política: La Experiencia de Líderes Comunitarios del MST

**Resumen:** Este artículo busca mapear los impactos psicosociales de la violencia política sobre activistas del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), utilizando la experiencia de tres líderes comunitarios de asentamientos ubicados en el estado de Alagoas. La elaboración

teórica de la investigación tiene como base principal las propuestas de Ignacio Martín-Baró sobre la salud mental en situaciones extremas, relacionándolas con la realidad campesina presente en el contexto del MST en medio del avance del conservadurismo en Brasil. Para realizar la investigación se utilizaron entrevistas individuales semiestructuradas y reuniones grupales con los participantes; para trabajar con los datos se utilizó el Análisis Temática (AT). De esta manera, fue posible esbozar cómo la violencia política afecta la salud de los líderes y su cotidiano, señalando posibles caminos para la Psicología y su acción frente a las cuestiones sociopolíticas que permean el proceso de lucha por la tierra en la época contemporánea.

**Palabras clave:** Salud Mental; Psicología; Violencia Política; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra.

### **A Psicologia em crise: os caminhos trilhados pela profissão até o espaço campesino**

No percurso traçado pela Psicologia em sua formação como campo do saber, é possível notar uma série de ramificações, tendo como diferenciais seus métodos, objetos de estudo e propostas de atuação. A existência de diversas teorias não chega sequer perto de abarcar as especificidades e responder às demandas de determinados campos em que os profissionais da área recorrentemente vêm a se inserir, como é o caso do meio rural, o que relega a esses espaços uma atuação profissional por muitas vezes pautada na reprodução de saberes hegemônicos, de modo a ignorar as singularidades dos sujeitos em suas formas de ser e estar no mundo.

Embora tenha sido regulamentada como ciência e profissão no Brasil no ano de 1962, os caminhos percorridos pela Psicologia precedem esse marco; por volta dos anos 20, e por meio da Liga Brasileira de Higiene Mental, os saberes psicológicos, calcados na lógica psiquiátrica, foram utilizados como ferramenta de normatização dos corpos, visando encaixar os desviantes e controlar os modos de vida que viessem a fugir do que era imposto (Fernandes, 2014). Em meio às tentativas de adaptar sujeitos à norma, os processos estabelecidos pelo campo psicológico seguiram caminhos individualizantes, tendo como horizonte o desenvolvimento dos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, excluindo do meio social quem ousasse destoar do todo ao expressar suas singularidades.

Ao andar de mãos dadas com o processo de modernização da sociedade brasileira, a Psicologia traçou seus rumos e firmou suas raízes rente ao território urbano e às suas demandas; por esse motivo, a grande maioria das pesquisas, intervenções e

estudos apresentam como objeto central corpos que ocupam esses espaços (Leite, Macedo, Dimenstein, & Dantas, 2013), embora não de forma explícita, já que o sujeito dito genérico é, supostamente, neutro e despido de identidade. Aqui, essa pseudoneutralidade se apresenta como um Cavalo de Tróia; mesmo que o sujeito neutro da Psicologia seja tido como um modelo universal e pautado pela ciência, tem em seu cerne o padrão masculino, branco, cis-heteronormativo, de classe média/alta e urbano. Ao seguir com essa lógica, a Psicologia continua a reproduzir violências visando à adequação de qualquer expressão de subjetividade que ouse ser desviante do que é posto como norma.

A posição urbano-centrada e normatizadora da Psicologia passa a ser questionada no Brasil por volta dos anos 80, junto com a insurgência dos movimentos sociais contra a ditadura militar e com o processo de redemocratização. Aos poucos, os profissionais em campo – principalmente aqueles que já trabalhavam com movimentos sociais – passam a levantar o debate acerca da necessidade de construção de ferramentas teórico-metodológicas que fossem pertinentes ao panorama brasileiro, construindo, assim, uma Psicologia que pudesse ser forjada na realidade que se apresentava nesse solo (Fernandes, 2014). Para reconstruir a Psicologia, era preciso negar a pseudoneutralidade importada do norte global e pautar a atuação nas demandas e especificidades dos novos campos de trabalho, reconhecendo a singularidade dos sujeitos e utilizando-a no processo de reconstrução da prática.

Na trilha desses pressupostos, o psicólogo social e pesquisador salvadorenho Ignacio Martín-Baró apontava para a pertinência de uma prática que pudesse estar diretamente ligada ao povo, propondo, para isso, uma ruptura metodológica na forma de atuação dos profissionais da Psicologia e

convocando-os para que esta não fosse pautada na reprodução dos saberes postos, mas na reflexão crítica e na reconstrução da prática. Esse é o direcionamento que o autor vai tomar ao descrever as exigências ao psicólogo revolucionário, destacando que este "... terá que desenvolver a capacidade de dar respostas às novas experiências que se desenvolverão, os novos problemas e exigências que surgirão no processo de construção de uma nova sociedade" (Martín-Baró, 1980/2017, p. 28).

Inspirado pelo materialismo histórico-dialético, Martín-Baró (1980/2017) vai delinear o papel do psicólogo diante de situações de sofrimento cuja raiz são questões sociopolíticas, pois se os sujeitos e a sociedade estão em constante movimento, não há razão para as bases teórico-metodológicas da Psicologia permanecerem estáticas. Nesse contexto, o desafio dos profissionais da Psicologia é a formulação de um fazer que se proponha a trabalhar sob a realidade em que se insere e, para isso, deve-se renunciar às fórmulas prontas e experimentar novas maneiras de atuação. Dessa forma, compreendemos que o fazer dos psicólogos e pesquisadores latino-americanos deve ser pautado em uma práxis; por vezes, faz-se necessário devorar saberes hegemônicos para criticá-los e reformulá-los, buscando caminhos para estreitar laços entre estes e a realidade social em que se insere. Nas palavras de Martín-Baró (1980/2017),

... o problema é mais de ordem epistemológica do que conceitual, mais metodológico do que teórico. Não são os conceitos da Psicologia por si só que falham, mas o momento dialético de vinculação; o que distorce a análise da realidade não é a tanto a teoria aplicada, mas o objeto da aplicação (p. 77).

Ao retomar o caminho histórico da Psicologia em solo brasileiro, adentramos o processo de interiorização da profissão, que apresentou outros desafios aos profissionais que acabavam por se inserir em outros campos de trabalho. Enquanto se via em expansão no Brasil por meio da expressão da democratização necessária ao país, o fazer teórico-metodológico da Psicologia passa a ser tensionado pela realidade dos novos âmbitos de intervenção, o que levanta um questionamento: até que ponto a Psicologia que era praticada nas clínicas e nas grandes capitais poderia ser replicada nas cidades interioranas e no espaço campesino?

O primeiro aspecto a ser levado em consideração é a inserção do profissional nas políticas públicas e sua expansão como campo profissional, principalmente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), adentrando, assim, as cidades interioranas e os espaços rurais por meio da ampla abertura de postos de trabalho. Esse movimento de reposicionar a Psicologia foi responsável por abarcar a grande quantidade de profissionais a partir da capilarização do mercado de trabalho que, antes, via-se concentrado nos grandes centros urbanos (Macedo & Dimenstein, 2011).

Em seguida, podemos apontar o processo de interiorização das universidades federais, executado pela segunda gestão do Governo Lula com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), no ano de 2007; a proposta do programa era expandir os campus pelos interiores dos estados, o que ampliou o acesso ao ensino superior para estudantes provenientes desses lugares. A aproximação da academia dos espaços interioranos permitiu que diversas áreas do conhecimento pudessem entrar em contato com uma realidade diferente daquela vivenciada e estudada nos grandes centros urbanos (Macedo & Dimenstein, 2011; Leite et al., 2013), promovendo tensionamentos nas pesquisas, no processo de formação e na prática dos profissionais que se graduavam nos campus interiorizados.

Podemos avaliar que o encontro da Psicologia com o meio campesino se deu de forma tardia, havendo sido proporcionado em sua maior parte pelas atividades de extensão universitária nos anos 70 e, como exposto anteriormente, no decorrer da expansão democrática da Psicologia no país nos anos 80, ampliando a atuação profissional nas políticas públicas em final dos anos 90 e início dos anos 2000 (Silva & Macedo, 2021). É nesse ponto que levantamos outro questionamento: até onde os saberes psicológicos disseminados nos cursos de formação capacitam de fato o profissional para a atuação nos territórios campesinos? É possível pensar um fazer psicológico que esteja descolado da realidade material dos sujeitos? A partir dessas questões, temos como objetivo mapear os impactos psicossociais da violência política em militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), propondo como ponto de partida a experiência de três lideranças comunitárias de assentamentos situadas no estado de Alagoas.

## **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a emergência de uma Psicologia comprometida com as demandas campesinas**

No período da ditadura militar de 1964, a repressão não foi capaz de calar a voz daqueles que lutavam no espaço campesino e, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma nova realidade no campo foi gestada; nesse momento, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) exerceram relevante papel na luta campesina, construindo em seus núcleos de socialização pontos de organização política campesina e mantendo a luta viva em tempos de repressão. No processo de busca por acesso à terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desponta como um dos principais expoentes na luta no campo, na busca por uma Reforma Agrária popular e contra a desigualdade social (Fernandes, 2000).

Atualmente, e mesmo frente aos ataques frequentes por parte de latifundiários e do poder público, o MST segue sendo um dos maiores movimentos sociais da América Latina, presente em 24 estados brasileiros e formado por mais de 450 mil famílias. Em meio ao avanço de políticas reacionárias e aumento expressivo da violência no campo, o Movimento toca a luta pela democratização do acesso à terra, dificultado pela má distribuição que se deu historicamente no país, pela soberania alimentar e pela garantia dos direitos sociais da população campesina. Apresenta em suas bases a luta anticapitalista, articula-se por setores e se destaca pela sua organização interna, principalmente no desenvolvimento de ações de formação política e de educação popular, aspectos centrais no fortalecimento de suas bases; também conta com setores voltados à luta pela igualdade racial, de gênero e contra a LGBTfobia dentro e fora de seus espaços de organização.

O processo de luta e as formas de organização do MST estão em constante movimento, o que mantém a militância a par das questões contemporâneas e delinea o horizonte de um outro futuro possível. Como relata Fernandes (2000), “. . . a resistência campesina manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. São caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade” (p. 32). Por se tratar de uma organização política, o Movimento tem em sua formatação interna lideranças nacionais, regionais e

estaduais, que se organizam em núcleos dentro dos assentamentos e acampamentos, e fazem o trabalho de formação interna dos militantes, pois a conquista da terra é apenas um passo, a luta pela reforma agrária popular, por direitos básicos e pela permanência no campo demanda organização.

Por conta da movimentação política mobilizada pelo MST em sua organização – realizando ocupações, construindo acampamentos, pressionando em busca de direitos por meio de protestos –, os militantes do Movimento tornam-se alvos de diversos tipos de violência, desde ameaças até o assassinato de membros. Na tentativa de silenciá-lo, latifundiários se unem às estruturas da máquina pública e, quando não atacam diretamente, agem na cumplicidade da conivência. Como nos mostra o levantamento do Atlas da Violência no Campo no Brasil de 2020, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve um aumento considerável na quantidade de conflitos no campo no decorrer dos anos de 2010 e 2019, sendo acentuado com a ascensão da extrema-direita ao poder.

Essa violência não se expressa de modo aleatório, ela tem mecanismos, alvos e propósitos muito bem delimitados, e isso demanda um olhar atento para que possamos vislumbrá-la à altura de sua complexidade. Como nos apontam Zizek (2014) e Martín-Baró (2017), autores que se debruçaram minuciosamente sobre a temática da violência, esta não deve ser tomada a partir de um lugar genérico; em vez disso, deve ser observada com cautela e substantivada, na busca por uma leitura crítica e historicizada do fenômeno que se apresenta. Por esse motivo, compreendemos que, por ter em suas raízes atravessamentos político-ideológicos e a tentativa de cercear a atuação dos militantes, categorizamos a violência que se expressa no contexto do MST como *violência política*.

Ao lidar com as questões do MST a partir da Psicologia, devemos vislumbrar o caráter coletivo em detrimento da individualização do sofrimento, como nos direciona Martín-Baró (2017/1984) ao destacar o aspecto comunitário e político da saúde mental. Se ignoramos as experiências de violência política sofridas pelos militantes no decorrer de sua trajetória e nos propomos a escutar seu sofrimento de forma individualizada e distanciada dos aspectos sócio-políticos, corremos risco de perder o ponto central e seguir reproduzindo tais violações. É nesse sentido e a partir de um fazer calcado na Psicologia Social Crítica

que adotamos na construção desta pesquisa uma perspectiva psicossocial, por compreendermos que a ideia de saúde mental é diretamente atravessada pelos aspectos sociais, não havendo como pensar uma subjetividade descolada dos processos sócio-históricos que a forjam.

A proposta psicossocial é utilizada por psicólogos e pesquisadores latino-americanos como meio de abarcar o sofrimento psíquico por meio de uma perspectiva que consiga responder às complexas demandas emergentes nos espaços de situações sociais críticas, como sugere Parra-Valencia (2016) ao propor a ideia de Clínica Psicossocial como tentativa de estabelecer uma construção teórico-metodológica que possa abarcar minimamente as questões que emergem no âmbito da luta por direitos. A autora irá enfatizar a importância da interdisciplinaridade ao assinalar que a proposta de trabalho psicossocial desenvolvida “. . . convida ao encontro entre o clínico e o psicossocial diante de problemas sociais como a violência, uma vez que os saberes disciplinares da prática clínica e da psicologia social não são suficientes diante de realidades complexas”<sup>1</sup> (Parra-Valencia, 2016, p. 21, tradução nossa). Somado ao contexto em que o Movimento se insere no decorrer da luta pela reforma agrária e à constante exposição à violência em que se encontram os militantes – principalmente aqueles que ocupam posição de liderança, pois estão na linha de frente dos ataques –, a intersecção entre os saberes psicológicos, políticos e sociais mostra-se como um caminho possível à Psicologia, comprometendo-se não apenas com o sujeito de modo individual, mas com a luta camponesa.

É nesse caminho que Martín-Baró (2017/1984) propõe uma visão historicizada sobre o que vem a ser saúde mental, acentuando as condições sociais como importantes indicadores das causas do sofrimento. Compreender como as relações sociais nas quais o sujeito se insere afetam sua saúde mental é ponto-chave na investigação que propomos aqui, pois no contexto de violência política em que os militantes do MST se inserem, o sofrimento emerge como resposta à situação sociopolítica que os afeta. Não estamos, aqui, negando as bases intrapsíquicas do sofrimento, mas atenuando o caráter dialético de sua produção. Como nos sinaliza Martín-Baró (2017/1984), “A experiência de

vulnerabilidade e de perigo, de indefesa e terror, pode marcar profundamente o psiquismo das pessoas, especialmente as crianças” (p. 263), ressaltando que passar por situações socialmente críticas, principalmente aquelas que ocorrem em contextos de violência, contém o potencial traumático para o sujeito.

Ao lidarmos com o que resta do período Bolsonaro na esfera política, nos deparamos com um cenário em que comunidades rurais são marginalizadas, têm seus saberes menosprezados e sua forma de organização deslegitimada; quando se trata dos trabalhadores rurais sem-terra, essa situação se torna ainda mais crítica devido às diversas falácias que tentam criminalizar o Movimento, e, para isso, contam com o apoio de todo um movimento político e das grandes mídias. Construindo alternativas a esse caminho, algumas vertentes da Psicologia latino-americana – como a Psicologia da Libertação, proposta por Martín-Baró – passam a se comprometer social e politicamente com as lutas contra a exploração dos sujeitos do campo, principalmente daqueles a quem é negada existência digna.

Como pontuado pelo Conselho Federal de Psicologia (2019, p. 58): “A dialética psicossocial deve ser compreendida para que possamos conhecer e intervir de modo transformador nas condições de desigualdade sociais e injustiças produzidas secularmente no Brasil”, e é nessa perspectiva que a Psicologia necessita adentrar a elaboração de perspectivas teórico-metodológicas acerca das questões que tocam a luta pela terra e suas implicações psicossociais, como é o caso da luta do MST e de outros movimentos sociais que se situam no campo e pautam sua militância na reivindicação por uma sociedade justa e igualitária. Aproximar epistemologicamente a Psicologia dos espaços rurais demanda uma atuação que se permita ser questionada para que suas lacunas possam ser reconhecidas; na construção do saber crítico, não há lugar para uma Psicologia que se pretende pronta. Como afirma Leite, Dimenstein, Dantas e Macedo (2023), os contextos rurais apresentam-se como espaços plurais e diversificados, não se enquadram mais as compreensões pejorativas que os consideram como lugar do atraso e do passado. Ao contrário, os contextos rurais na atualidade acompanham os avanços nas conquistas das políticas públicas e na luta pelo acesso aos direitos básicos de trabalhadoras e

<sup>1</sup> No original: “. . . invita al encuentro entre lo clínico y lo psicossocial ante problemáticas sociales como la violencia, ya que el saber disciplinar de la clínica y de la psicología social no son suficientes frente a realidades complejas.”

trabalhadores, e, com isso, mostram a presença de profissionais que antes não habitavam esses territórios, incluindo a psicologia.

Ao traçar um caminho interno no que toca o campo da pesquisa em Psicologia, percebemos historicamente lacunas nos estudos sobre as populações rurais, suas experiências e especificidades frente à proposta de atuação dos profissionais da categoria que adentram os territórios do campesinato. Porém, apesar desse histórico de marginalidade, os estudos sobre psicologia e contextos rurais têm avançado nesta última década, com a sistematização em 2013 da referência técnica para Atuação das/os Psicólogas/os em Questões Relativas à Terra, publicada pelo CREPOP, sendo inédita para a categoria profissional e um importante guia para a atuação da Psicologia em contextos campestinos (CFP, 2013/2019), bem como a publicação, nesse mesmo ano do livro *Psicologia e Contextos Rurais* (Leite & Dimenstein, 2013). Além das publicações, em 2013, ocorreu também o I Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural, organizado pela Universidade da Cuenca del Plata, na cidade de Posadas, na Argentina. Após esse evento e publicações, o campo da Psicologia se fortaleceu junto aos estudos em contextos rurais e em 2016 apresentou uma publicação importante na área: o livro *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais* (Dimenstein, Leite, Macedo, & Dantas, 2016). Ainda em 2016, acontece o II Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em 2022, o Brasil sediou o IV Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural que ocorreu em Manaus. A mais recente publicação que sistematiza os estudos em Psicologia Rural foi publicada por Leite et al. (2023) apresentando uma diversidade de estudos psicossociais em territórios rurais e campestinos da América Latina. Com esse pequeno percurso, evidencia-se que, apesar da Psicologia não alicerçar seus conhecimentos e métodos nos contextos rurais, está havendo estudos e experiências que permitem a reinvenção de práticas e compreensões da Psicologia nesses territórios.

Em um recorte ainda mais micro, nos deparamos com os estudos da Psicologia com os Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Em uma pesquisa realizada por Domingues (2007), quando, 20 anos após a formação do Movimento, constatou-se a escassa produção acadêmica na área da Psicologia em seu levantamento bibliográfico. Segundo a autora, nesse meio tempo, as poucas pesquisas giraram

em torno do que faziam esses sujeitos lutarem pela terra e da produção de subjetividade presente na militância política, demonstrando que ainda há um leque de pesquisas a serem desenvolvidas para que a Psicologia possa se aproximar e construir ferramentas metodológicas de atuação junto dos movimentos sociais de luta pela terra. Em estudo mais recente, Magrini (2015) apresenta a Psicologia como uma das áreas de conhecimento que se aproximam do MST com trabalhos que debatem análises psicossociais da luta política do movimento entre os temas: identidade, produção de subjetividade e sentidos e significados da experiência de militantes na luta política. Apesar dessas aproximações, o levantamento de Silva e Macedo (2021) irá ressaltar a escassez de estudos que partam da abordagem psicossocial no que toca a Psicologia e a questão agrária, o que assinala a pertinência deste estudo em meio às pesquisas sobre o MST na contemporaneidade.

A pesquisa de Domingues (2007), ao se aproximar da temática da violência, sugere que seja estudado pela Psicologia o impacto do trauma nas crianças, mas a violência como temática central seguiu ausente na intersecção entre Psicologia, luta pela terra e o MST; dez anos depois, a autora vem a desenvolver um estudo acerca da questão da violência no MST a partir da ideia de humilhação social (Domingues & Rosa, 2014), o que aponta para a emergência da temática e a importância da Psicologia se debruçar sobre as diversas formas de violência que atingem os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente numa conjuntura de aumento dos índices de ataques no campo. Tematizar a violência e seus impactos psicossociais em militantes do MST é jogar luz sobre uma questão que se mostra emergente no contexto sociopolítico, ao passo que cobre uma lacuna acerca do lugar teórico-metodológico da Psicologia frente às urgências dos sujeitos campestinos.

No Atlas da Violência no Campo no Brasil do ano de 2020, elaborado por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é destacada a escassez na produção de estudos sobre a violência no meio rural, principalmente no que tange às especificidades dessa forma de violência em relação aos espaços urbanos, o que acaba por dificultar até mesmo a compreensão de suas dinâmicas de perpetuação e, conseqüentemente, traçar meios de lidar com ela. O cenário se mostra ainda mais crítico quando os poucos estudos que chegam a versar sobre a violência

rural se concentram em países europeus e norte-americanos, sendo totalmente alheios à realidade brasileira (Cerqueira et al., 2020).

Na conjuntura previamente apresentada, destacamos a importância de desenvolver investigações que tomam forma na intersecção entre a Psicologia, o MST e a militância política. Em meio a essa complexidade de fatores, pretendemos jogar luz na temática da violência no campo, procurando analisar como todo esse processo afeta a saúde mental das lideranças do MST. Adentrar o aspecto político do sofrimento a partir da Psicologia aflora, aqui, uma abertura de possibilidades de atuação frente às emergências da contemporaneidade, marcada pela ascensão do conservadorismo e pelo aumento da violência no campo.

O estudo que implementamos buscou compreender os impactos psicossociais da violência política em militantes do MST, tomando como foco a experiência de lideranças comunitárias – pois estas se encontram na linha de frente dos ataques. Propomos, com isso, traçar outras perspectivas para a Psicologia, na busca por descentralizar seus estudos dos sujeitos urbanos e, assim, debruçar-se sobre as especificidades do espaço rural. Pautar a saúde mental de lideranças e militantes do MST emerge na pesquisa como forma de garantir uma atenção psicossocial que esteja à altura das especificidades do contexto sociopolítico contemporâneo, que tome como direcionamento as singularidades presentes nos assentamentos e acampamentos, podendo, assim, auxiliar na promoção de saúde e no prosseguimento da luta por direitos, até que esta não seja mais necessária.

### **Caminhos da Pesquisa**

O cenário no qual a pesquisa toma forma é um Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra situado no semiárido Alagoano. Diretamente sob a influência das controvérsias que atravessam a construção fundiária do estado, a violência e sua ameaça acabam por se apresentar no cotidiano dos militantes ali assentados, que enfrentam tanto os grandes latifundiários locais quanto as forças políticas das cidades circunvizinhas. É partindo desse ponto que esta pesquisa busca adentrar o âmbito da violência política no contexto do assentamento, visando explorar suas formas de expressão e compreender os impactos psicossociais

resultantes desse processo no cotidiano de lideranças comunitárias de alguns assentamentos. Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas, tendo sido aprovada sob o CAAE nº 57510022.9.0000.5013 e Parecer nº 5.597.605. Na base metodológica, foi utilizada a pesquisa-participante, tendo seus propósitos diretamente articulados com as demandas dos sujeitos; como nos apontam Caniato e Sales Filho (2009), essa modalidade vai surgir, também, como forma de combate à opressão, baseando-se na elaboração de alternativas frente à exclusão caracterizada pelos contextos sociais dos sujeitos oprimidos.

A pesquisa contou com a participação de Lourdes, de 48 anos, liderança comunitária, que relata ter conhecido o MST no ano de 1999; em entrevista, conta que se inseriu no MST pelas ações da igreja católica. Já Ademar, de 54 anos, havia saído do campo em busca de uma vida melhor na cidade, o que não veio a acontecer: *“nós tinha muita dificuldade de sobrevivência”*, diz ele; em 2002, conhece o Movimento e retorna ao campo, engajando-se numa ocupação que, posteriormente, tornaria-se um acampamento. José Denilson, de 50 anos, conta durante a entrevista que trabalha desde os 11 anos – nessa época, ainda junto de seu pai – como empregado em fazendas de outras pessoas, e conheceu o MST no ano de 1998. Atualmente, todos são lideranças em assentamentos de Alagoas, sendo parte da mesma geração de militantes; eles não só participaram da pesquisa por meio das entrevistas como também auxiliaram indicando uns aos outros e ajudando na logística para a realização dos encontros. Por questões de segurança, os nomes que aparecem aqui são fictícios e foram escolhidos pelos próprios participantes.

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente e, em seguida, encontros coletivos. No que toca à análise dos dados colhidos em campo, o método utilizado foi o da Análise Temática (AT). Para Braun e Clarke (2006), a AT se adequa facilmente às pesquisas no campo da Psicologia, pois *“Através de sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um relato de dados rico e detalhado, ainda que complexo”*<sup>2</sup> (p. 5, tradução nossa). Como indicado pelas autoras, a análise teve início na familiarização com os dados, ouvindo as entrevistas diversas

<sup>2</sup>No original: “Through its theoretical freedom, thematic analysis provides a flexible and useful research tool, which can potentially provide a rich and detailed, yet complex account of data.”

vezes e revisitando as anotações do campo. Após essa etapa, geramos códigos emergentes e traçamos possíveis temas, utilizando adesivos e folhas grandes para anotar destaques das entrevistas – desenhando, literalmente, um mapa, como sugere as autoras. Por fim, os temas foram revisados, definidos e nomeados, o que resultou num relatório e na análise dos dados. Por se tratar de uma pesquisa extensa, os temas extraídos foram: 1) A violência política no campo, 2) Os modos de resistência do MST e 3) As repercussões psicossociais da violência política; neste artigo, apresentamos o último, que é dividido entre *A pressão de ser liderança e os desdobramentos da violência política no MST* e *Os impactos psicossociais da violência política*.

### **Guerra e Saúde Mental: A Violência Política e suas repercussões como questão para a Psicologia**

A violência política no espaço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra afeta os militantes em diversos aspectos da vida cotidiana, sendo um deles a saúde mental. Como aponta Martín-Baró (2017/1984), a questão da saúde mental frequentemente é invisibilizada, principalmente diante de situações-limite, como é o caso dos militantes do MST. O autor tece uma crítica à concepção individualizante do conceito, mostrando que o trabalho com a saúde mental em contextos de violência política é crucial, principalmente, por conta da realidade histórico-social na qual estes se inserem. Sawaia (2016) coaduna com esse posicionamento ao ressaltar que investigar a afetividade no contexto de exclusão e a partir da ideia de sofrimento ético-político é superar a crença de que pessoas em situação de exclusão social estão mais preocupadas com a sobrevivência do que com as emoções.

Neste estudo, buscamos discutir a questão da violência política e a saúde mental de militantes. A proposta de adentrar o campo dos impactos psicossociais parte, necessariamente, da concepção de que o sofrimento psíquico se situa diretamente ligado às questões socioculturais, o que demanda o encontro das ciências sociais com a Psicologia para que o problema possa ser circunscrito em sua complexidade. Dessa forma, propomos uma investigação que tem como ponto central a questão da violência política que afeta as lideranças do MST, analisando seus impactos psicossociais e as especificidades com que estes afetam os sujeitos-alvo.

### **A pressão de ser liderança e os desdobramentos da violência política no MST**

Em meio à heterogênea organização interna da militância, a liderança comunitária no contexto do MST ocupa um lugar específico, situado na linha de frente da luta; do trabalho com o coletivo até o individual com um ou outro militante, a liderança guia o processo da luta emancipatória que pauta o Movimento, com todo o peso da responsabilidade que tal função demanda. As especificidades de ser liderança emergem na fala de todos os entrevistados, seja durante momentos de lazer, quando José Denilson diz que a liderança “... *tem que saber a festa que ele vai, e, se for, ele tem que saber se comportar*”, ou em momentos críticos do percurso da militância política. Durante nossa conversa, José Denilson conta que uma dessas ocasiões críticas foi o assassinato de Jaelson Melquíades, liderança à nível estadual assassinada em 2005, e ele rememora sua reação ao saber do ocorrido:

*... naquele momento foi uma defasagem pra mim, mesmo, fiquei cabisbaixo, mas aí veio o ódio do latifundiário. No outro dia a gente foi para lá. Foi muito terrível, né? Sei que a militância da região ficaram muito, muito combatida mesmo. Deu pra gente ver e a gente começou a dar mais... um período de mais atenção ali, mais assistência, né? Pra gente cuidar mais da militância de toda base, né?* (José Denilson, 50 anos)

O assassinato de Jaelson Melquíades, de 25 anos, marcou a história do MST em Alagoas e repercutiu em diversos assentamentos; em sua homenagem o dia 29 de novembro, data de seu assassinato, é marcado como Dia Estadual de Luta Contra a Violência e a Impunidade no Campo e na Cidade. José Denilson conta que ficou cabisbaixo e, em outro momento, relata tristeza com o acontecimento, principalmente devido à proximidade entre os dois. Mesmo assim, a primeira atitude tomada como liderança é a de ir ao assentamento de Jaelson para cuidar da militância e dar atenção aos que ficaram sem seu líder. É no conflito entre o sentimento de quem perde um companheiro e a responsabilidade da liderança frente ao ocorrido que iniciamos nossa análise dos impactos da violência política na vida e na saúde mental das lideranças. Como afirma Oliveira e Leite (2016) a produção do sentido de militância no MST é construída a



partir de uma noção de que a luta política vivida no movimento é uma luta coletiva, que apesar de incidir sobre os indivíduos, é sobre a coletividade que ela é empenhada. O assassinato de Melquíades não fez José Denilson recuar, como liderança do movimento, o que o sustenta na luta e em prol da mobilização política é se perceber parte de um coletivo, como membro de um movimento.

Para Martín-Baró (2017/1984), o aspecto social e histórico deve ser levado em consideração quando adentramos o campo da saúde mental, já que muito do que pode ser compreendido como adoecimento é resultado do contexto, como o autor constatou ao explorar a incidência de transtornos e crises pessoais entre os afetados pela situação-limite da guerra em El Salvador. Ao tecer uma crítica à ideia individualizante de que a saúde mental deve ser investigada de dentro para fora, o autor vai apontar que, no campo da Psicologia,

O problema reside em uma pobre concepção de ser humano, reduzido a um organismo individual, cujo funcionamento poderia ser compreendido com base nos seus próprios traços e características e não como um ser histórico, cuja existência é elaborada e realizada em uma rede de relações sociais (Martín-Baró, 2017/1984, p. 253)

Ignorar os conflitos extrapsíquicos que cercam as lideranças em meio a situações de violência política resultaria numa visão míope e descontextualizada do problema. Como emerge na fala de José Denilson, a responsabilidade da liderança é demandada e posta em evidência no momento de maior fragilidade — o assassinato de um companheiro. Antes de pensar no luto, cabe à liderança cuidar dos que ficaram e fazer o trabalho com a base até que outra liderança possa assumir o posto daquela que se foi. A pressão de ocupar esse lugar aparece, também, na fala de Lourdes ao descrever como se sente em determinadas situações frente à vulnerabilidade de estar na posição de liderança:

*acontece de eu sair de casa e eu ir pra uma atividade e tal, ou pra ação tal, e eu saber que eu estou indo... muitas vezes, eu saio até sem avisar a família, sem avisar a ninguém. Eu sei que eu tô indo, mas eu sei que eu tô me arriscando. Eu tô me expondo demais. Isso acaba me deixando, assim, um pouco... não*

*sei se frustrada, um pouco desesperada, eu já digo. Mas, assim, eu encontro força, sei lá, não sei como que vem, não dá tempo, assim... é essa frase que eu gosto: às vezes eu não tenho tempo de sentir medo. No momento que era pra mim tá sentindo medo eu já tô lá fazendo a ação, e já tô lá junto com o povo, e aí é sempre assim. (Lourdes, 48 anos)*

O relato de Lourdes apresenta de forma vívida os desdobramentos psicossociais da pressão experienciada no processo de ser uma liderança, quando, mesmo de forma relutante, ela nomeia sua *frustração* e seu *desespero* ao exercer sua função e, consequentemente, perceber-se vulnerável. Por outro lado, ela mostra a *força* que surge aparentemente sem remetente, e conclui com uma frase que diz gostar: “às vezes não tenho tempo de sentir medo”. A frase sintetiza o cerne do que é ser uma liderança política dentro do MST, mostra a vulnerabilidade e a coragem que coexistem na luta por um mundo mais justo; escancara a pequenez da individualidade em meio à luta coletiva. Como nos aponta Martín-Baró (2017/1984), “... enfrentando ‘situações-limite’, alguns retiram recursos daquilo que nem eles mesmos eram conscientes ou redefinem sua existência para um horizonte novo, mais realista e humanizador” (p. 265). Lourdes inicia de forma retraída, mas finda sua fala numa entonação de orgulho, o que faz ela estar ali é da ordem do pertencimento político; como nos lembra Dean (2021), “. . . o trabalho político é algo que se *quer* [ênfase adicionada] fazer” (p. 27), mesmo com as questões que atravessam a função desempenhada.

Dentro do espaço da coletividade, a responsabilidade da liderança pode ser compartilhada – seja junto de militantes ou de outras lideranças –, por isso o lugar do comunitário precede a individualidade. É a coletividade característica da luta política que faz com que José Denilson se preocupe com os militantes ao se deparar com o assassinato de uma liderança, já que a luta do MST vai além de uma aspiração individual. Do mesmo modo, após dizer que não sabe como vem a força, Lourdes evoca o coletivo e responde sua própria questão: “. . . No momento que era pra mim tá sentindo medo eu já tô lá fazendo a ação e já tô lá junto com o povo, e aí é sempre assim”. No percurso delineado pelos militantes do MST, a coletividade não emerge como ferramenta de despersonalização, mas como lugar comum que potencializa o

processo da luta política, já que esta não pertence a uma pessoa, mas à comunidade. No comum, emerge a força, potencializando a reestruturação psicossocial a partir da coletividade presente no Movimento.

### **Os impactos psicossociais da violência política**

A ascensão da extrema-direita e suas pautas conservadoras fez com que o espaço campesino se transformasse num campo de guerra, mesmo que silenciosa – ou silenciada. Para as lideranças do MST, essa questão é ainda mais grave e, nesse contexto, a saúde mental é diretamente atravessada pela incerteza de estar vivo no dia seguinte, pela necessidade de se colocar em risco diariamente e pelas investidas contra sua vida e sua luta, o que nos leva a questionar quais os impactos que a exposição à violência política imprime nessas lideranças, visando compreendê-los a fim de, posteriormente, traçar possibilidades para a Psicologia frente às questões campesinas.

Ao propor a análise dos impactos psicossociais, apresentamos como ponto nuclear a compreensão de que a saúde mental deve ser lida a partir do movimento de fora para dentro, “. . . não como encarnação do funcionamento individual interno, mas como a materialização, na pessoa ou no grupo, do caráter humanizador ou alienante de uma estrutura de relações históricas” (Martín-Baró, 2017/1984, p. 251). A junção de psico e social constitui uma categoria que intenta enfatizar o caráter dialético da saúde mental e sua complexidade diante do vínculo estabelecido entre indivíduo e sociedade, levando ambos em consideração ao se debruçar sobre a subjetividade em relação com a realidade histórica e cultural.

Da mesma forma que a violência política se expressa por mecanismos heterogêneos na experiência das lideranças, seus impactos também mostram uma determinada variação. Como aponta Martín-Baró (2017/1984), mesmo que determinados indivíduos passem pela mesma situação de violência, cada um será afetado de um modo singular, o que nos demanda uma análise metódica pautada no caso-a-caso. Por ser liderança em um assentamento que, atualmente, encontra-se sob ameaça de despejo, Ademar nos apresenta as dificuldades de guiar uma luta que segue por caminhos desanimadores. Depois do antigo proprietário solicitar judicialmente a reintegração de posse das terras, quase 20 anos após a ocupação, o assentamento passa a correr risco e vem

sendo alvo de pistoleiros, jagunços e ameaças explícitas, o que, segundo a liderança, causa adoecimento nos assentados. Pergunto como ele se sentiu com a situação, no que ele responde:

*Fiquei azuado por um bocado de tempo. Passei umas noite sem dormir, não comia bem. Mas depois eu mesmo sentei, assim, comigo mesmo, e disse: seja lá o que Deus quiser. Se tiver de perder, que nós perda, agora a luta nós continua. E depois eu me acalmei, comecei a me alimentar bem. E comecei a dormir bem, e, graças a Deus, eu tô bem, eu tô bem. Psicologicamente, eu tô bem. O que tiver de acontecer de amanhã para frente, que aconteça, né? Deus é mais. Tanto de bom como de ruim, o dia de amanhã só quem sabe é Deus. (Ademar, 54 anos)*

O relato de Ademar retrata a estreita relação entre o sofrimento e as questões sócio-políticas que atravessam sua experiência como liderança. Liderar um assentamento que se situa no centro de um embate político afeta diretamente sua saúde, ele diz ficar “azuado”, perde o sono e a fome; tais sintomas poderiam ser lidos a partir do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) como pertencentes à alguma psicopatologia, mas, ao analisarmos o contexto em que o militante está inserido, podemos seguir com Martín-Baró (2017/1984) e apontar que se trata de uma “. . . reação normal diante de uma situação anormal” (p. 255). O problema, aqui, não parte do intrapsíquico, é a violência política direcionada a uma liderança que, após 20 anos de luta, tem de lidar com a incerteza de ter sua casa e a de seus companheiros no dia seguinte.

Pautado na concepção de trauma psíquico – caracterizado como uma ferida ou resquício deixado por um acontecimento específico na vida de alguém – e trauma social – que seria um acontecimento também traumático mas que afeta o coletivo –, Martín-Baró (2017/1988) propõe o termo “trauma psicossocial” para tratar do caráter dialético do impacto da guerra civil em El Salvador. Tomamos emprestado seu conceito – cientes da diferença do contexto de guerra salvadorenho em comparação à realidade dos militantes do MST no Brasil, porém tendo em vista o teor violento e politicamente demarcado de ambos – para traçar linhas possíveis de análise do impacto da violência política no percurso das lideranças. Como nos sinaliza Martín-Baró (1988/2017), ao examinarmos os impactos do trauma psicossocial, devemos ter

em mente que “. . . a ferida ou o efeito dependem da vivência peculiar de cada indivíduo” (pp. 325-326).

Na experiência relatada por Ademar, localizamos alguns aspectos que podem caracterizar o trauma psicossocial. De início, não se deve perder de vista que “. . . a ferida que afeta as pessoas foi produzida socialmente, isto é, suas raízes não estão no indivíduo, mas na sociedade” (Martín-Baró, 2017/1988, p. 326). Compreender o caráter social é imprescindível na leitura do que emerge no contexto psíquico para que não haja uma segunda violência ao culpabilizar o sujeito e individualizar sua queixa – por isso a importância do psicólogo estar atento às questões sociais de seu tempo. Também se faz necessário assimilar que o sintoma do trauma psicossocial “. . . se alimenta e se mantém na relação entre o indivíduo e a sociedade, por meio de diversas mediações institucionais, grupais e, também, individuais” (p. 326) e, aqui, vislumbramos dois aspectos centrais das questões que se colocam no âmbito da atenção psicossocial, já que a atuação do psicólogo frente a tais demandas deve ser pautada na complexidade das mediações que sustentam o sintoma como tal. Do mesmo modo que é necessário realizar uma escuta atenta e qualificada, é importante cessar com o ciclo de adoecimento. Denunciar seus impactos e lutar contra a violência política também é dever do profissional de Psicologia.

No caso de Lourdes, os impactos psicossociais da violência política se mostram ainda mais acentuados. Ao relatar sobre as situações de despejo que presenciou no decorrer das atividades de liderança, ela cita o mal-estar que se desdobrou nos dias seguintes: “*Eles retiraram o povo com aquela crueldade todinha, muitos deles perderam tudo que tinha. Mexeu muito assim, eu fiquei uns dias com aquela visão, aquela fita passando na minha cabeça*” (Lourdes, 48 anos). Presenciar a violência contra os outros militantes afeta a liderança, pois esta é direcionada ao coletivo, logo, todos acabam sentindo de alguma forma; nesse aspecto, podemos vislumbrar a *violência política das entrelinhas*, que repercute do coletivo ao individual, estabelecendo um caminho de produção de sofrimento que não se resume a questões intrapsíquicas.

Relatando acerca de um episódio em que foi vítima de uma tentativa de atropelamento e, em seguida, ameaçada pelo motorista do carro, Lourdes discorre sobre o peso de ser diretamente perseguida e os impactos que se reverberaram a

partir do acontecimento, levando-a a procurar ajuda psicológica.

*Quando isso aconteceu, no primeiro dia eu dei continuidade nas minhas atividades, normal, durante o dia, porém aquilo ficou, assim, né, martelando a minha cabeça. Aí no outro dia eu já comecei a sentir o peso, né? O quanto aquilo pesou para mim, porque no outro dia eu emocionalmente não amanchei bem, eu chorei praticamente o dia todo. Eu fiquei... eu lembro que meus pais saíram de casa, eu fiquei em casa só, mas, assim, foi um dia pra mim chorar. Toda vez que eu lembrava ficava chorando e tal, e aí isso continuou, continuou até um certo período.* (Lourdes, 48 anos)

Lourdes menciona que, com o passar do tempo após o acontecido, começou a sentir dores no corpo, náuseas e mudanças de humor, sendo, posteriormente, diagnosticada com Síndrome do Pânico por um psiquiatra;

*Se eu tivesse em casa hoje e começasse a chegar gente, porque sempre chega gente aqui, eu começava a passar mal, começava a ter crise de vômito, eu começava a chorar e tal, então não tava dando para lidar. Mas o que me ajudou e que me fez eu estar de pé foi as ajudas que eu busquei. . . . É muito estranho, quando você é uma pessoa e você começa, você mesmo, a se perceber que você tá mudando de comportamento.* (Lourdes, 48 anos)

Como afirma Leite et al. (2023), há uma estreita relação entre as experiências de injustiças sociais, desigualdades e violência vividas por povos camponeses em contextos rurais diversos e os impactos à saúde mental. O sofrimento psíquico dessas populações está associado aos conflitos vividos na luta pela terra e pela garantia de seus direitos fundamentais. A negação sistemática desses direitos e a violência constante na vida desses povos são um dos grandes fatores no agravamento à saúde mental.

A violência política promove impactos psicossociais a curto e longo prazo, e imprime no indivíduo uma categoria de sofrimento que é denominada por Sawaia (2016) como sofrimento ético-político. Fundamentada em autores como Heller, Vygotsky e Espinosa, Sawaia irá traçar que essa categoria de sofrimento pode ser definida como a dor que é atravessada

pela injustiça social, pela humilhação, que "... retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor ...". (p. 119). Ainda passeando nos entremeios do psíquico e social, propomos entre-lçar essas categorias com a violência política, avis-tando lugar para o sofrimento que emerge da expe-riência de Lourdes frente ao episódio do qual ela foi alvo. No campo de nossa investigação, retornamos à Martín-Baró (1984/2017, pp. 253-254) quando este afirma que

... a saúde mental é muito mais uma dimensão das relações entre as pessoas e grupos do que um estado individual, ainda que esta dimensão se enraíze de maneira diferente no organismo de cada um dos indivíduos envolvidos nas relações, produzindo diversas manifestações ("sintomas") e estados ("síndromes").

Em meio às pistas deixadas pelos teóricos da Psicologia Social Crítica, sugerimos traçar um cami-nho entre a emergência de uma prática contextua-lizada e a questão da violência política que ainda insiste em rasgar a América Latina em toda sua extensão. Ter no horizonte da nossa prática a reali-dade que cerca os indivíduos em situações de viola-ção de direitos, como é o caso dos militantes e lide-ranças do MST, é essencial para adentrar a questão da saúde mental criticamente, de modo a avançar no debate e contribuir para a atuação junto das comu-nidades camponesas.

Frente às situações de acirramento político, a produção de sofrimento se situa de maneira fron-teiriça às questões sociopolíticas que atravessam a experiência dos indivíduos. Por interferência da violência política, as relações estabelecidas entre os militantes são fragilizadas, promovem situações de isolamento social, o indivíduo é separado da comu-nidade e, assim, o processo de luta do Movimento perde em articulação, pois sem coletividade não há movimento social.

Nesse sentido, elabora-se a necessidade de tra-çar possibilidades de produção de saúde que possam pautar, também, o contexto em que os indivíduos estão inseridos, já que é impossível resolver questões que partem do social sem realizar mudanças estru-turais. Porém, não devemos cindir essas dimensões,

ao contrário, devemos compreendê-las como uma relação de coprodução, na qual uma se perfaz sobre a outra. Com base nessa compreensão, o trabalho de lidar com os sofrimentos políticos tem nas práticas psicossociais o objetivo de afirmar as experiências coletivas para a elaboração do sofrimento que se pro-duz nas relações sociais cotidianas.

## Considerações Finais

O caminho em busca de um outro modo de se fazer Psicologia é longo e retornar às bases é relem-brar o que nos trouxe até aqui. Construir um aparato teórico-metodológico que seja pertinente à realidade brasileira vai muito além de um método resumível em um passo-a-passo, é pensar uma práxis que os profissionais possam adotar ao se defrontarem com novas realidades e outros contextos, questionando teorias e teóricos. É compreender que a formação de profissionais da Psicologia não pode e nem deve ser feita apenas dentro dos muros de uma universidade, mas se permitir ir além dela e continuar sendo feita no decorrer da atuação. A inserção no espaço interio-rano e camponês escancara no âmbito da Psicologia a emergência de outras formas de atuação, o que evi-dencia o potencial de ampliar o horizonte da profissão e expandir sua abrangência. Formação é ato de for-mar, é movimento, deve ser contínuo e ininterrupto; é dessa Psicologia que partimos para uma atuação crí-tica e contextualizada.

A complexidade que se apresenta no espaço do MST aparece no vasto material que surgiu a partir das entrevistas, boa parte dele não podendo sequer ser tra-balhado, o que aponta para a importância do trabalho apoiado na Psicologia em meio às questões dos movi-mentos sociais de luta pela terra. Os modos como as questões de gênero emergem no contexto da militân-cia é um possível horizonte de pesquisa, assim como a raça também é um fator que merece atenção nes-sas investigações; ambos não foram abordados nesta pesquisa pelas limitações impostas por nosso obje-tivo: abordar a violência política e suas repercussões. Entretanto, ressaltamos a pertinência desses recortes para pesquisas futuras. A forma como a violência polí-tica se apresenta internamente no Movimento é outra questão que despontou em nossa investigação mas não pôde ser explorada, ficando como sugestão para futuros pesquisadores.

Em meio ao contexto de violência, a produção de sofrimento emerge como resposta à realidade

sociopolítica que atravessa o percurso da militância. As lideranças comunitárias coexistem com a pressão externa e interna, tendo que trabalhar com a base, cuidar de si e dos outros, numa movimentação que, por vezes, afeta sua saúde mental e a relação com o coletivo. Em momentos críticos, o cenário de violência política fragiliza quem ocupa o lugar de liderança, produz isolamento e acentua as dificuldades da luta, desvelando uma categoria de sofrimento que parte do espaço sociopolítico. Por intermédio da concepção de saúde mental pautada no viés psicossocial, a relação entre indivíduo e político é tensionada, direcionando uma leitura do sintoma a qual não isole quem sofre, mas que possa compreender esse sujeito dentro de sua realidade histórica e cultural. Tomando tais pontos como base, a Psicologia abre espaço para a elaboração de ferramentas que permitem responder às demandas dos espaços de luta, circunscrevendo o lugar da violência política e avistando caminhos de trabalho com suas repercussões psicossociais.

Os impactos psicossociais da violência política vivenciada pelas lideranças do MST, participantes deste estudo, mostram que, apesar da experiência de sofrimento ser fruto de dimensões políticas, ela recai sobre o corpo e a vida dos militantes de forma individualizada. Esse processo de individualização do sofrimento pode ser compreendido como um dispositivo alienante da saúde mental, pois lança sobre o indivíduo a responsabilidade e a culpabilização pelo

seu adoecimento. Indo no caminho contrário, o fazer da Psicologia que compreende o sofrimento em seus aspectos psicossociais amplia suas práticas a compreensões coletivas e não dicotimizantes das produções subjetivas, estas são elementos constituintes e constitutivos da vida social.

A pesquisa possibilitou compreender que o sofrimento vivido pelos militantes é produzido na luta política, mas é também por meio dela que ele é elaborado e com ela é que as práticas de cuidado emergem como forças coletivas. Os impactos psicossociais da violência, quando individualizados, levam a maior adoecimento e/ou isolamento, desenraizando a experiência de violência do território e a lançando à vida individual. Esse dispositivo de individualização é parte das lógicas neoliberais que buscam privatizar o sofrimento em uma racionalidade causal individual, na qual o sujeito é apartado do mundo. No caso dos militantes do MST, esse mundo é vivido em situações-limites, nas quais a negação sistemática de direitos aliada às forças conservadoras do coronelismo levam os sujeitos à marginalização. Porém, diante das impossibilidades do viver é que emergem, de forma insurgente, as forças coletivas do cuidar, as quais fincam na vida diária da militância, a dignidade lhes é retirada diante das violências. Tratar do sofrimento que parte do campo sociopolítico é, também, possibilitar espaços de encontro para afirmação e emergência das coletividades nos territórios.

## Referências

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), pp. 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Caniato, A. M. P., & Sales Filho, O. (2009). “Pesquisa-participante”: uma ameaça à opressão. In A. M. P. Caniato (Org.), *Subjetividade e violências: desafios contemporâneos para a psicanálise*. Eduem.
- Cerqueira, D., Mello, J., Alves, P. P., Andrade, P. G., Reis, M., Pereira, A. C. R., Armstrong, K. C., & Figueiredo, T. S. (2020). *Atlas da Violência no Campo no Brasil: Condicionantes socioeconômicos e territoriais*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10129>
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogos/los em questões relativas à terra*. Conselho Federal de Psicologia.
- Dean, J. (2021). *Camarada: um ensaio sobre pertencimento político*. (A. Renzo, Trad.). Boitempo.
- Dimenstein, M.; Leite, J.; Macedo, J. P.; Dantas, C. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. Intermeios; CNPq; UFRN; UFPI; FAPEPI.
- Domingues, E.; & Rosa, M. D. (2014). Violência, humilhação social e a luta por reconhecimento: a experiência do MST. *Revista Subjetividades*, 14(1), 115-125. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692014000100011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000100011&lng=pt&tlng=pt).
- Domingues, E. (2007). Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 573-582. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300014>


- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Vozes.
- Fernandes, S. L. (2014). Revisitando os saberes psicológicos: reflexões por uma psicologia do campo. *Cadernos de Subjetividade*, 16, 85-102. <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernos subjetividade/article/view/38537>
- Leite, J. F.; Dimenstein, M. (2013). *Psicologia e contextos rurais*. EDUFRRN.
- Leite, J. F.; Dimenstein, M.; Dantas, C., & Macedo, J. P. (2023). Psicologia e contextos rurais: diálogos psicossociais. In *Psicologia e contextos rurais: diálogos psicossociais a partir da América Latina*. CRV.
- Leite, J. F., Macedo, J. P., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). *A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais*. EDUFRRN.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200008>
- Magrini, P. R. (2015). *Produção acadêmica sobre o MST: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades* [Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH)]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. (F. Lacerda Júnior, Trad.). Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017). A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador (1988). In *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. (F. Lacerda Júnior, Trad., pp. 312-332). Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017). Guerra e saúde mental (1984). In *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. (F. Lacerda Júnior, Trad., pp. 251-270). Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017). O psicólogo no processo revolucionário (1980). In *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. (F. Lacerda Júnior, Trad., pp. 25-30). Vozes.
- Oliveira, A. B. F., & Leite, J. F. (2016). Produção de Sentidos sobre a Militância Política de Mulheres Vinculadas ao MST. *Revista Subjetividades*, 16(1), 181-190. <https://doi.org/10.5020/23590777.16.1.181-190>
- Parra-Valencia, L. (2016). *Acompañamiento en Clínica Psicosocial: Una experiencia de investigación en tiempos de construcción de paz (Colombia)*. Ediciones Cátedra Libre.
- Sawaia, B. (2016). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão In *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Vozes.
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2021). Psicologia e a questão agrária no Brasil: novos desafios para a profissão. Gerais, *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(1), 1-27. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15903>
- Žižek, S. (2014). *Violência* (M. S. Pereira, Trad.). São Paulo: Boitempo.

---

#### Edvaldo Ribeiro Brandão

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios - AL. Mestrando em Psicologia na área de Estudos Psicanalíticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil.


E-mail: edvaldorbrandao@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3309-8000>

#### Saulo Luders Fernandes

Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, Brasil. Professor no Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió – AL, Brasil.

E-mail: saupsico@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2335-0030>

Endereço para envio de correspondência:

Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins.  
CEP: 57072-900. Maceió – AL. Brasil.

*Recebido* 17/11/2023

*Aceito* 13/08/2024

*Received* 11/17/2023

*Approved* 08/13/2024

*Recibido* 17/11/2023

*Aceptado* 13/08/2024

*Como citar:* Brandão, E. R.; & Fernandes, S. L. (2025). Repercussões Psicossociais da Violência Política: A Experiência de Lideranças Comunitárias do MST. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003280559>

*How to cite:* Brandão, E. R.; & Fernandes, S. L. (2025). Psychosocial Repercussions of Political Violence: The Experience of MST Community Leaders. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003280559>

*Cómo citar:* Brandão, E. R.; & Fernandes, S. L. (2025). Repercusiones Psicosociales de la Violencia Política: La Experiencia de Líderes Comunitarios del MS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003280559>